

**Ângela Cristina Salgueiro Marques**  
**Jéssica Aparecida de Oliveira Januário**  
**Luís Mauro Sá Martino**

UFMG e Faculdade Cásper Líbero  
Brasil

## Humanization and dignity of migrant women in photojournalistic images

The aim of this article is to analyze some photojournalistic images of Latin American migrant women, published between 2018 and 2021 in different vehicles (*Estadão*, *Veja*, *O Tempo*, *El País* and *Folha de S. Paulo*), in order to highlight the forms of legibility often associated with representations of subjects and peoples in situations of vulnerability. Would it be possible to build another look at the images of migrant women that distances itself from victimization? To answer this question, we tried to perceive in the images some gestures and practices of care, support and affection that evidence the agency of migrant women in the creation of affective and support spaces. In these practices of care, they elaborate ways to preserve and strengthen the bonds of reciprocity that allow the maintenance of life. The daily action of migrant women, when figured in the image, helps us to build a view focused on fabulation and resistance to framings that represent precarious subjects as doomed to misery, instead of figuring them in their dignity and humanity.

### Keywords

photojournalism, migrant women, dignity, fabulation.

## Humanização e dignidade de mulheres migrantes em imagens fotojornalísticas<sup>1</sup>

1 Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, da FAPEMIG e da PRPq-UFMG.

**O objetivo deste artigo é analisar algumas imagens fotojornalísticas de mulheres migrantes latino-americanas, publicadas entre os anos 2018 e 2021 em diferentes veículos (*Estadão*, *Veja*, *O Tempo*, *El País* e *Folha de S. Paulo*), de modo a evidenciar as formas de legibilidade frequentemente associadas às representações de sujeitos e povos em situação de vulnerabilidade. Seria possível construir outro olhar para as imagens de mulheres migrantes que se distancie da vitimização? Para responder a essa pergunta, tentamos perceber nas imagens alguns gestos e práticas de cuidado, amparo e afeto que evidenciam a agência de mulheres migrantes na criação de espaços afetivos e de amparo. Nesses espaços de cuidado, elas elaboram formas de preservar e fortalecer os vínculos de reciprocidade que permitem a manutenção da vida. A ação cotidiana de mulheres migrantes, quando figurada na imagem, nos auxilia a construir um olhar voltado para a fabulação e a resistência aos enquadramentos que representam sujeitos precários como fadados à miserabilidade, ao invés de figurá-los em sua dignidade e humanidade.**

### Palavras-chave

fotojornalismo, mulheres migrantes, dignidade, fabulação.

## Introdução

Nossa reflexão tem início a partir de um questionamento sobre a forma como mulheres migrantes latino-americanas foram representadas em imagens fotojornalísticas entre os anos de 2018 e 2021, em diferentes veículos jornalísticos, a saber: *Estadão*, *Veja*, *O Tempo*, *El País* e *Folha de S. Paulo*. Em uma primeira avaliação, percebemos que grande parte das 56 fotografias coletadas reproduziam representações hierarquizantes, destacando as experiências de mulheres migrantes apenas através de enquadramentos morais que as congelam em uma situação de vulnerabilidade, desamparo e precariedade. Os corpos de mulheres migrantes frequentemente figuram nessas imagens como corpos em sofrimento e desespero, delineando uma narrativa que destaca sua suposta dificuldade de agência autônoma e de manutenção de condições dignas de existência. Assim, não apenas a representação focada em um momento de grande vulnerabilidade na vida dessas mulheres leva a uma avaliação limitada de sua condição, mas também aprofunda o efeito de apagamento e a violência do estigma atrelado a uma forma de contemplação vitimizante.

Acreditamos, contudo, que algumas imagens nos permitiram questionar as normas que sustentam os dispositivos de visibilidade opressora e que dificultam a alteração das condições de vulnerabilidade das vidas. Há imagens nas quais mulheres migrantes aparecem se dedicando a tarefas que envolvem a criação de táticas que alimentam ações destinadas a manter a integridade, a dignidade e a preservar e reparar o mundo a ser habitado, tornando-o fruto de uma trama complexa de relações cuja função é manter a vida. Essas imagens nos revelam como formas de vida se articulam para garantir a sobrevivência, para resistir à dor, ao desastre, ao sofrimento, ao luto. Com o auxílio das reflexões de Estelle Ferrarese e Sandra Laugier (2018), Marielle Macé (2018) e Didier Fassin (2016), tentamos mostrar que mulheres migrantes reparam continuamente seus vínculos, cuidam de si e dos outros, fazendo perseverar um jeito de tornar o mundo habitável.

Junto com Georges Didi-Huberman (2017), Jacques Rancière (2021), Judith Butler (2018), Andréa Calderón (2019) e Angie Biondi (2016) exploramos aspectos das políticas da imagem e suas relações com dimensões éticas da dignidade humana. Nos indagamos se a representação fotojornalística que tende a reproduzir enquadramentos de mulheres “vitimizadas e destituídas de agência” expõe as mulheres migrantes ao desaparecimento ou se, de alguma maneira, essas imagens poderiam ressaltar gestos próprios de uma aparição política. Destacamos que a aparição política não se reduz à visibilidade, mas envolve uma ruptura com a previsibilidade da racionalidade consensual, criando uma narrativa experimental e dissidente (RANCIÈRE, 2021). “Aparecer” envolve outra maneira de pensar e realizar uma distribuição e organização dos corpos e das capacidades, questionando as posições já assinaladas e distribuídas. O aparecimento político requer uma transformação nas condições de visibilidade, consideração, escura e reconhecimento dos sujeitos.

Em um segundo momento, entendendo a fabulação a partir de Rancière (2018, 2021), argumentamos que é possível destacar nas imagens alguns gestos de produção ativa de formas de vida a partir da ativação de outro imaginário que desafia o hegemônico, evidenciando as incoerências, os excessos e as injustiças das representações hierarqui-

zantes. O trabalho de valorização da agência das mulheres migrantes desloca o olhar do espectador, na medida em que propõe uma nova legibilidade e temporalidade para o contato com o outro através da imagem, de forma sensível e poética, tornando sujeitos migrantes passíveis de dignidade e consideração. Embora o fotojornalismo opere, em grande medida, sobre quadros de descrição do real, argumentamos que mesmo imagens que buscam conformar leituras fixas sobre determinados acontecimentos ou sujeitos possuem a capacidade de revelar intervalos ou brechas em que a inteligibilidade acerca do acontecimento/do outro se concretiza de modo a fugir de qualquer compreensão clara e fechada em si mesma, provocando tensionamentos e contradições (RANCIÈRE, 2018). Assim, o conceito de fabulação surge como possibilidade de desmontagem de uma visibilidade e temporalidade hegemônicas, que padronizam os sujeitos e suas experiências, negligenciando suas complexidades, interseccionalidades e capacidades enquanto indivíduos multifacetados e dignos, capazes de transitar por condições e lugares de vulnerabilidade.

A fabulação pode ser entendida, de modo mais amplo, como a produção de novos enunciados a partir da ativação de outro imaginário que desafia e interpela um imaginário hegemônico, evidenciando as incoerências, os excessos e as injustiças das representações hierarquizantes. De acordo com Rancière (2018), a fabulação precisa da ficção para alterar o modo como temporalidades distintas são articuladas, reverberando na maneira como formas de vida são apreendidas e reconhecidas. A partir de uma concepção da imagem como operação dissensual resultante da combinação dos gestos de “dialetriz o visível” e de “tornar sensível” o intervalo que altera o regime de inteligibilidade e legibilidade da imagem (DIDI-HUBERMAN, 2017), articulamos nossa reflexão em torno da vulnerabilidade de mulheres migrantes e dos modos de interpelação do olhar por meio das fabulações e sobrevivências nas imagens. A articulação entre esses aspectos nos auxilia a investigar como as imagens fotojornalísticas podem revelar brechas para a fabulação e construção de formas de resistência ao mecanismo de classificação dos sujeitos e da complexidade de suas experiências. Não pretendemos escolher entre representações melhores ou piores do padecimento de mulheres migrantes, mas sim evidenciar alguns dos mecanismos que interferem no seu aparecimento político e na construção de outro olhar para as imagens, que se distancie da vitimização e da compaixão desengajada.

### O corpo sofredor no fotojornalismo: imagens como operações estético-políticas

Ao longo da história, o fotojornalismo empenhou-se na apresentação e enquadramento de acontecimentos traumáticos, contribuindo para a produção de conhecimento crítico sobre desigualdades sociais e políticas vivenciadas por sujeitos e povos em situação de vulnerabilidade e sofrimento. Segundo Angie Biondi (2011), quando o fotojornalismo atribui ao sujeito sofredor uma posição atrelada à sua identidade de classe, gênero, sexualidade, ele o remete a um julgamento moral que o qualifica e justifica seu padecimento em uma dada situação. Em outras palavras, o enquadramento que delinea posições de sujeito e de grupos

fundamenta-se geralmente em matrizes socioculturais e em estereótipos, ampliando ainda mais as violências simbólicas inflingidas aos sujeitos, uma vez que funciona sob um quadro de referências genérico e previsível.

Assim, mesmo ganhando “visibilidade” nas páginas de jornais, sujeitos e grupos mais vulneráveis não se tornam socialmente inteligíveis e visualmente reconhecíveis. Como se esses sujeitos e grupos fossem menos dignos de valor diante do olhar de um espectador que, presumivelmente, as interroga e avalia seus modos de vida e condutas. (BIONDI; MARQUES, 2020, p.3)

Nesse sentido, argumentamos que o enquadramento produzido pela mídia, muitas vezes constitui uma violência simbólica à dignidade de sujeitos e povos migrantes, empurrando-os ao ostracismo, à ausência de ação e ao apagamento de suas experiências e trajetórias singulares. De acordo com Butler (2011, 2019), o apagamento se concretiza por meio da própria representação, ou seja, quando há sub-representação ou quando a representação efetiva a captura da alteridade pelo mero reconhecimento de uma identidade imposta. No caso de mulheres migrantes, observa-se que a vulnerabilidade dos corpos costuma ser elencada como um elemento central, definidor e irreversível, que desautoriza qualquer possibilidade de ação, resistência e transformação. Contudo, para Butler (2015), a vulnerabilidade não é imutável, mas pode ser modificada conforme o indivíduo altera as condições de sua experiência, experimentando formas de agência individual e coletiva.

De maneira similar, Didi-Huberman (2017), questiona as representações nas quais os sujeitos são individual e coletivamente “aprisionados” em narrativas que os tornam ainda mais susceptíveis ao “desaparecimento”, na medida em que suas imagens não nos permitem escutar, de fato, suas demandas. É como se a imagem pretendesse construir para eles uma visualidade sem lugar enunciativo, sem corporeidade discursiva e sem gestualidade política. Quando os sujeitos estão expostos ao desaparecimento, as possibilidades de um encontro que considere a complexidade e as marcas da alteridade são praticamente impossíveis, sobretudo quando a captura fotográfica naturaliza determinadas leituras já amplamente conhecidas pelo imaginário social.

Sendo assim, segundo Angie Biondi (2016), uma vez que o fotojornalismo possui ativas ressonâncias no cotidiano dos seus espectadores, estabelecendo vínculos de cumplicidade, crença e afetividade que mediam o conhecimento do mundo e participam da produção e reforço de juízos de valor, é importante repensar o modo como a imagem participa desta construção. Ver o sofrimento na imagem envolve ir além da singularidade da fotografia para compreender as relações que podem ser articuladas entre e através das imagens e de seus dispositivos.

Um desses dispositivos se relaciona à interseccionalidade entre gênero, raça, classe e origem que definem, nas imagens, os enquadramentos que irão orientar os julgamentos morais e as avaliações acerca dessas mulheres migrantes. Isso porque, no caso das migrantes latino-americanas, não raro os enquadramentos midiáticos reforçam a identidade a qual elas pertencem em uma leitura colonial-imperialista, orientando a compreensão de que as mulheres retratadas sofrem naturalmente, porque são pertencentes a uma classe – de mulheres, mestiças, pobres, latino-americanas, chefes de família – fadada à vulnerabilidade, à precarie-

dade e à subalternidade (MACÉ, 2018). Em suma, essas parecem ser as únicas possibilidades de inteligibilidade da experiência de mulheres migrantes, enquadradas como corporeidades dependentes e em risco, sem poder de escolha sobre os rumos de suas próprias vidas, desvalorizando suas capacidades para tomar decisões e subestimando os seus modos de existência, sobrevivência e transformação. Como argumenta Flávia Biroli (2008), as mulheres têm que fazer suas escolhas dentro de relações desiguais de poder e vulnerabilidade, nas quais imperam o patriarcado, o sexismo e as institucionalidades ligadas à valorização da família conjugal heteronormativa. Butler (2019), ao comentar acerca da distribuição desigual da vulnerabilidade entre indivíduos e grupos, destaca a importância de pensarmos acerca da regulação disciplinar que deriva de uma classificação dos corpos e das formas de vida como “produtivas” ou “improdutivas”. Contudo, assim como essas autoras, acreditamos que a vulnerabilidade que atravessa a trajetória de vida de mulheres não pode ser entendida como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano e em seus deslocamentos. As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem ou mesmo desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de alternativas de escolha que contrariam expectativas pautadas pelo colonialismo.

Segundo Gabriel Jardim e Cláudio Cavas (2018), o colonialismo pode ser compreendido como uma rede de relações sócio-políticas a partir das quais situações de dominação e opressão foram definidas pelo estabelecimento de fronteiras dicotômicas e hierárquicas – de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe social e localização geográfica. Neste empreendimento de poder, homens e mulheres são desprovidos de inteligência, civilidade, humanidade e de cultura se comparados ao modo de viver dos seus colonizadores, de modo que esses pressupostos conceituais deram suporte a inúmeras missões civilizatórias ao longo da história em diversas regiões do mundo.

A colonialidade do poder configura uma matriz complexa de controles entrelaçados pelas relações de dominação, exploração e conflitos nos âmbitos do trabalho, da autoridade coletiva, da intersubjetividade e do sexo, dando continuidade às várias formas de domínio hegemônico pela manutenção das estruturas e culturas coloniais. (JARDIM; CAVAS, 2018, p.85)

O feminismo decolonial enquanto área de estudo e de atuação político-cultural firmada a partir da década de 1990, sobretudo por estudiosas latino-americanas, entende que a opressão colonial funciona de modo específico no caso das mulheres, em que, somado ao colonialismo imperial do Estado, sofre-se também o colonialismo do patriarcado – expresso pelo machismo –, de modo que passa a ser a preocupação central deste feminismo repensar e reavaliar as normas valorativas instituídas pelo colonialismo e as suas reverberações na representação das mulheres na sociedade, e por extensão, na mídia.

A representação das mulheres do Terceiro Mundo – pobres, analfabetas, domésticas, submissas, etc. – estabelecida por feministas ocidentais, tende a contrastar com a sua própria autorrepre-

sentação implícita – desenvolvida, educada, moderna, livre, etc. – caracterizando uma análise normativa e binária, reiterando a lógica colonialista. (JARDIM; CAVAS, 2018, p. 88).

Patrícia Hill Collins (2019) dedica especial atenção às representações imagéticas destinadas ao controle e à avaliação moral do comportamento e dos gestos corporais de mulheres negras. Ela tematiza a existência de um dispositivo de controle e classificação que estigmatiza mulheres negras a partir da reiteração de imagens de controle, “traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p.136). As imagens de controle alimentam opressões interseccionais que, entrecruzadas, produzem e amplificam desigualdades, sobretudo quando investem em oposições binárias que objetificam pessoas negras, impedindo-as de definir suas experiências, identidades e escolhas.

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. São uma forma potente de atacar a assertividade e a resistência de mulheres negras à sua objetificação enquanto o outro da sociedade. Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as iniquidades sociais e violências que impõem às mulheres negras [...] com base em uma lógica autoritária de poder, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas (Bueno, 2020, p.78-79)

Ao questionar a força opressora das imagens de controle, Winnie Bueno (2020) salienta como a teoria feminista decolonial reivindica uma nova inteligibilidade a respeito da existência e dos saberes das mulheres, localizando-as em suas interseccionalidades, que considere os atravessamentos e o modo como esses operadores sociais aprofundam opressões diversas em suas trajetórias de vida. Ao mesmo tempo, interessa a essa abordagem reconhecer as formas de resistência, libertação e agência autônoma dessas mulheres, na contramão das expectativas dos regimes de poder que insistem em subjugar suas formas de vida e de conhecimento. Sob esse aspecto, a interseccionalidade atua e se configura através da práxis crítica, da reflexividade e das conexões entre sujeitos interdependentes. A interseccionalidade como espaço de relacionalidade e interdependência (Collins, 2019) auxilia a tematizar como vulnerabilidades, assimetrias e injustiças podem ser caracterizadas como uma matriz complexa na qual se tensionam linhas de continuidade e de descontinuidade, sujeição e subjetivação.

Uma vez que “grande parte da produção de imagens fez ou ainda faz parte de um dispositivo de colonialidade de poder - de saber -, que propõe um padrão de dominação a partir do qual se estendem as diversas formas de hierarquia ainda vigentes” (BIONDI, 2021, p.8) pensar a decolonialidade de gênero implica repensar os modos como a fotografia trabalha a aparição do outro, neste caso das mulheres migrantes latino-americanas, para além do sofrimento e da indignidade. Na perspectiva de Angie Biondi (2021), imagens potencialmente decoloniais são possíveis na medida em que deixam de alimentar os mecanismos do

imperialismo universal, hegemônico e binarista e se empenha no exercício de representações que reivindicam a promoção de novas experiências sobre o outro, onde a ruptura é, na verdade, uma força.

### **Imagens intervalares: deslocando olhares sobre a imigração de mulheres**

A representação dos sujeitos necessariamente demanda um questionamento ético e político, na medida em que o discurso não é exterior ao mundo real, mas implica-se no próprio campo da experiência e dialoga com ele, interferindo na vida cotidiana dos sujeitos e comunidades. Segundo Rancière (2016), preservar a humanidade por meio da representação é possível se resistimos a tendência de categorizar e pressupor as formas de vida dos sujeitos por meio das dinâmicas hierarquizantes. Desse ponto de vista, deslocar o olhar refere-se ao exercício de dedicar certa curiosidade e consideração sobre a alteridade, fugindo da tendência do miserabilismo social. O simples gesto de contemplar uma imagem estabelece uma nova relação e temporalidade com o outro capaz de conferir dignidade e respeito a sua vida. Segundo Biondi e Marques (2020), a figuração revela o quão difícil e mesmo impossível é reter os sujeitos e a complexidade das suas experiências em uma imagem, de modo que o outro deve permanecer inquietante ao nosso olhar.

Marielle Macé (2018) também afirma a importância de um encontro com a alteridade a partir da fotografia, sobretudo a partir da imigração e da condição de estrangeiridade do outro. Segundo a autora, a consideração diz de um movimento de surpresa em relação à vida do outro, para além do seu contato com a dor e com a vulnerabilidade. Dito de outra maneira, trata-se de escutar o que o outro enuncia não a partir do sofrimento, mas apesar dele. Aqueles que sobrevivem possuem esperanças, sonhos, ideais, hábitos, paixões, preferências que atravessam a sua existência e compõem a sua agência no cotidiano.

Considerar seria levar em conta os vivos, suas vidas efetivas, uma vez que é desse modo e não de outro que essas vidas são furtadas ao presente - levar em conta suas práticas, seus dias, e então desenclausurar o que a sideração enclausura; não designar e rotular vítimas, mas descrever tudo o que cada um põe em ação para lidar com situações de vulnerabilidade. (MACÉ, 2018, p.28)

É sabido que grande parte das fotografias fotojornalísticas favorecem enquadramentos que vão ao encontro da lógica consensual de hierarquização das formas de vida em detrimento aos regimes figurativos de visibilidade. Como argumentamos, na perspectiva de Rancière, as imagens fabuladoras são aquelas que abrem brechas para uma compreensão que se distancia dos sentidos já fixados, via de regra, explicativos e estabilizados pelos regimes de poder. Nesse sentido, as imagens são capazes de evidenciar novas lógicas de apreensão na medida em que reconfigura o que já está dado, possibilitando novas sensibilidades a partir de imprevistos, detalhes, singularidades, rastros. “A imagem não é uma reprodução, mas um plano de conexão que abre e trabalha, exercitando modos de não adaptação ao sistema dominante, onde se criam imprevistos” (Calderón, 2020, p.45). Aparecer na imagem (na fotografia, nas artes, no cinema) é um gesto político que está vinculado à ex-

pressão de demandas daqueles que normalmente não são considerados, de modo a interromper a lógica consensual e dar a ver individualidades outras que antes da cena não seriam nem sequer conhecidas, tampouco legitimadas. Aparecer, segundo Rancière (2021) é participar da criação de uma cena sobre a qual as coisas são visíveis de certa forma, pois ocorre uma reorganização do campo do visível, desafiando a ordem hierárquica. Para ele, a fabulação tem papel ativo nessa reorganização, uma vez que ela age através de estruturas enunciativas que não se opõem ao real, mas que ajudam a configurar narrativas que atuam no reposicionamento dos corpos, no deslocamento das imagens, ativando sacudidas e tremores necessários para produzir deslocamentos, rachaduras e fissuras nos modos naturalizados de apreensão e explicação dos eventos. A fabulação precisa da ficção, de maneira ampla, para alterar o modo como temporalidades distintas são articuladas, reverberando na maneira como formas de vida são apreendidas e reconhecidas, compondo formas outras de conhecer, sentir, apreender.

### Formas de vida e seu agir em meio ao padecimento

Com o objetivo de estudar como padrões de leitura e de julgamento das mulheres migrantes latino-americanas são produzidas por veículos midiáticos a partir do fotojornalismo e de que maneiras corroboram com valorações de sofrimento/precariedade a partir dos seus procedimentos estéticos e políticos, foram selecionadas para este artigo sete imagens em que figuravam mulheres latino-americanas, seus familiares e/ou amigos em situação de migração. A imagem 1 retrata Vilma Iris Peraza, 28 anos, e seus filhos Erick e Adriana, de Honduras, na ponte fronteiriça de Ciudad Juárez em 18 de março de 2021. Conforme enunciado pela notícia do jornal *El País*, na esperança de receber abrigo nos Estados Unidos, sentiu-se enganada ao ser encaminhada de volta para o México junto aos outros imigrantes sem ao menos ter tido a possibilidade de explicar a sua condição. “Vilma Iris Peraza, de 28 anos, chegou exausta, magra e tossindo, mal pôde dar alguns passos e desabou sobre a ponte”, relata o veículo.

O enquadramento da imagem privilegia a captura do momento em que Vilma está chorando em decorrência da humilhação que passou. Ajoelhada ao chão e com as mãos sob o rosto, a mulher está de posse de uma sacola com os pertences pessoais, e à sua frente estão os dois filhos, também sentados ao chão. A imagem evidencia a situação de vulnerabilidade perpassada pela responsabilidade de Vilma como mãe, de assegurar o cuidado e a proteção dos seus dependentes. Ao sermos interpelados pela imagem de Vilma chorando, e dos seus filhos, aparentemente cansados e entediados, a imagem revisita o chamado de denúncia política e moral, em que corpos sujeitos não possuem nenhuma opção frente às definitivas institucionais. A problemática dessa categoria de representação é que ela elimina qualquer possibilidade de agência dos corpos femininos, muitas vezes desconsiderando a narrativa da luta que levou as mulheres migrantes até o momento do registro fotográfico, como se tivessem sido completamente despersonalizadas e derrotadas pelas forças do sistema, em oposição a leituras de resistência e agência que se fazem no cotidiano.



**Imagem 1** — Exaustão. Vilma Iris Peraza e seus filhos Erick e Adriana, de Honduras, na ponte fronteiriça de Ciudad Juárez em 18 de março. Fonte: *El País*, 18 de março de 2021. Foto de Mónica Gonzalez. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-22/esperanca-em-biden-termina-na-fronteira.html>

Na imagem 2, a legenda da fotografia indica que as imigrantes que viajavam em uma caravana choravam com seus filhos após a polícia dissolver o grupo em Vado Hondo, na Guatemala, antes que pudessem sair do país em direção ao México e depois aos Estados Unidos. Vemos a insistência no desenho de um contexto em que a violência e a pobreza obrigam famílias inteiras a migrarem. Para além das informações básicas que acompanham a imagem, onde não se menciona nem mesmo os nomes das imigrantes e de seus filhos, o enquadramento conforma um quadro explicativo/denunciador da realidade dessas famílias. Novamente, sentadas ao chão, a expressão do rosto dessas mulheres exibe angústia e sofrimento, entregues à decisão dos policiais de encerrarem o ciclo migratório. A fisionomia demonstra cansaço, abatimento, prostração intensa. O filho da primeira mulher, em seu colo, parece também chorar e o filho da outra mulher capturada pela imagem (em segundo plano), parece entediado bem próximo fisicamente a sua mãe. Nesta imagem, interessa lembrar a proposição de Didi-Huberman (2011), na qual povos expostos em demasia à luz da fotografia, em um espetáculo causado pela dor, correm o risco de desaparecer por conformarem quadros de compreensão sobre as suas vidas, onde o sujeito é suplantado e silenciado por seu atestado social de sofredor.



**Imagem 2** — Caravana. Uma migrante chora com seu filho depois que a polícia desmantelou a caravana de milhares de pessoas que bloqueou a rodovia Vado Hondo, Chiquimula. Fonte: Estadão, 18 de janeiro de 2021. Foto de Esteban Biba. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,milhares-de-imigrantes-hondurenhos-viajam-a-pe-em-caravana-com-destino-aos-eua,70003585264>

Na imagem 3, Rosa Villa, de 30 anos, carrega seu filho de cinco meses na fronteira entre o México e os Estados Unidos, na cidade de Tijuana. Ao fundo, tropas da força de segurança da fronteira estão posicionadas. O enquadramento escolhido nos interpela pela vulnerabilidade da mãe e do seu filho, que não olham para a câmera, diante de uma força superior representada pela polícia que parece observar os movimentos dos migrantes naquele local tornando visível um contraste nas relações de poder. A foto se encontrava em meio a uma galeria de imagens em que o enunciado da matéria da *Veja* relatava a greve de fome de mulheres centro-americanas com o intuito de agilizar processos de imigração, na fronteira do México com os Estados Unidos. Diante desse contexto, a imigrante se vê rodeada pela barreira de policiais, misturando-se à projeção das sobras de outros migrantes que se vêem enquadrados, ao mesmo tempo, como ameaça e como vidas errantes e desamparadas. Essa mistura entre a fragilidade que comove e a segurança que controla e reprime os “estrangeiros” apazigua o olhar e reduz a responsabilidade coletiva à constante dialética desumanizantes entre a compaixão e a punição (CHOULIARAKI; STOLIC, 2017). Nessas condições, mulheres são reificadas por imagens de controle que lembram o sacrifício da Virgem Maria diante do padecimento de Jesus (a Pietá, de Michelangelo), sem possibilidade de atuação, assujeitada pelo destino cruel de precisar estar ali com o seu filho, à mercê, como na outra imagem, de decisões institucionais.

O corpo sofredor performa nessas imagens do padecimento das mães, segundo Susan Sontag, um tipo de espetáculo dramático que “exerce um grande papel nas narrativas religiosas, à luz das quais o sofrimento foi compreendido ao longo da maior parte da história ocidental” (2003, p.68). A autora ressalta que a maneira como lemos o sofrimento do outro nas imagens deriva de uma relação com as sagas sacrificiais cristãs que poderiam produzir uma transfiguração em quem vê (algo que está enraizado no pensamento religioso e vincula a dor ao sacrifício, à exaltação do sacrifício). Contudo, “a sensibilidade moderna encarna o sofrimento como um erro, um acidente ou um crime. Algo a ser corrigido, a ser recusado, que faz a pessoa se sentir impotente.” (SONTAG, 2003, p.83). O padecimento, elemento chave da reflexividade da experiência, se torna o elemento neoliberal da culpabilização individual pelo fracasso: vulneráveis sofrem porque supostamente não são capazes de emancipar-se, de agir autonomamente, de traçar rotas que já não sejam aquelas disponibilizadas previamente e que apaziguam o julgamento moralizante que sustenta o imaginário consensual sobre a importância de imunizar-se contra a vulnerabilidade.

O enquadramento da imagem 3 privilegia o retrato de Rosa enquanto corpo feminino político, na medida em que emerge na interseção entre o cuidado, as geopolíticas de poder que reforçam barreiras entre o Norte e o Sul global e a carência de um estatuto cívico dos sujeitos quando interpelados pelo aparato policial opressor. Não podemos focalizar a cena da mãe que cuida e deixar de lado as fissuras que embaçam tentativas reflexivas de produção de conhecimento acerca dessa realidade, para além da fragilidade daquele momento.



**Imagem 3** — Fronteira. Rosa Villa, de 30 anos, carrega seu filho de cinco meses de idade na fronteira entre o México e os Estados Unidos, na cidade de Tijuana. Fonte: *Veja*, 25 de novembro de 2018. Foto de Lucy Nicholson/Reuters. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/primeiros-hondurenhos-chegam-a-fronteira-do-mexico-com-os-eua/>

Em um enquadramento muito semelhante ao anterior, a fotografia a seguir (Imagem 4), exibe uma imigrante grávida, participante da caravana de El Salvador que tentava entrar nos Estados Unidos e que desmaia durante uma operação da polícia mexicana ao detê-los por entrar ilegalmente no país, em Metapa. Conforme enuncia a matéria da *Veja*, as caravanas de migrantes, nesse momento, percorreram mais de 4.000 quilômetros desde Honduras, El Salvador e Guatemala com a esperança de viver nos Estados Unidos, fugindo das inúmeras opressões vivenciadas em seus países de origem. Deitada ao chão, a mulher ainda está muito fraca, sua barriga desnuda é o centro de atração do olhar do espectador, sendo apoiada por um homem que parece protegê-la do tumulto. O grau de vulnerabilidade e exposição conferido ao corpo dessa mulher, na imagem, chama a atenção do espectador na medida em que novamente está posto um chamado ético, político e denunciador, uma vez que a mulher grávida remete, ainda, a um duplo sentido de vulnerabilidade ao ter em sua dependência uma vida ainda em formação e que demanda o cuidado de sua responsável. Aqui, é notável entrever o compromisso da fotografia em instigar no espectador um tipo de revolta a respeito da fragilidade e do desespero que abatem uma mulher grávida, dificultando o descolamento da representação da mãe sacrificial, essencializada em uma posição imutável de padecimento que não se altera e nem realiza deslocamentos. Imagens que reafirmam a presença da “mãe abnegada”, longe de produzirem um trabalho crítico de memória coletiva diante de acontecimentos intoleráveis, ajudam a torná-los suportáveis, porque reforçam que, em qualquer situação, a mulher continua imbatível diante das intempéries (Collins, 2019). Segundo Fassin (2016), imagens que individualizam a dor em vez de torná-la coletiva amplificam a operação de controle sobre os mais vulneráveis, impedindo-os de se tornarem protagonistas de seus discursos e experiências.



**Imagem 4** – Urgência. Imigrante grávida, parte da caravana de El Salvador que tenta entrar nos Estados Unidos desmaia durante uma operação da polícia mexicana para detê-los por entrar ilegalmente no país, em Metapa. Fonte: Veja, 21 de novembro de 2018. Foto de: Alkis Konstantinidis (Reuters). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/primeiros-hondurenhos-chegam-a-fronteira-do-mexico-com-os-eua/>

Na imagem 5, um migrante venezuelano cruza o rio Grande, na fronteira entre os EUA e o México, carregando uma idosa venezuelana identificada na matéria como Irma, 80 anos, no dia 28 de maio de 2021. O trajeto do rio grande é traçado por famílias inteiras de imigrantes de barco, em situações muito desfavoráveis, na esperança de serem acolhidos nos Estados Unidos. Essa imagem pode ser compreendida como uma representação clara e cruel do corpo sofredor no fotojornalismo, caracterizada muitas das vezes por “pequenas narrativas destes sortilégios que lhe abate são os corpos esmaecidos, lânguidos, passivos, deixados à própria sorte e que [...] consome as forças e a resistência dos corpos e seus sujeitos.” (BIONDI; MARQUES, 2015, p. 124). A senhora se encontra muito fraca e vulnerável, ao ponto de precisar ser carregada, mas está viva e caminhou até aquele ponto da travessia movida por um desejo de transformação. Seu corpo está parcialmente desnudo, com a camiseta cor de rosa e a calça de moletom desalinhadas e molhadas. A imagem captura um momento do percurso em que ela está completamente destituída de agência em sua representação, invocando, inclusive, um questionamento ético no que tange à degradação da dignidade dessa mulher na imagem.



**Imagem 5** – Travessia. Um migrante venezuelano cruza o rio Grande, na fronteira entre os EUA e o México, carregando uma idosa. Fonte: El País, 28 de maio de 2021. Foto de Go Nakamura (Reuters). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-28/uma-idosa-venezuelana-cruzando-o-rio-nos-bracos-de-outro-migrante-a-imagem-de-duas-cries-interminaveis.html>

As imagens acima poderiam fazer parte do que Lilie Chouliaraki e Tijana Stolic (2017) chamam de uma “tipologia de visibilidades” que produzem pouca agência cívica e responsabilidade diante da situação de refugiados e migrantes. As autoras argumentam que poucas imagens produzem espaços de aproximação das alteridades que sofrem, uma vez que reproduzem e colocam em circulação aquelas que reafirmam uma moralidade que oscila entre a condenação e a comoção, privando povos migrantes “de humanidade e voz, ou seja, da capacidade de articular gestos que contem suas próprias histórias de vida, trajetórias e aspirações como empreendimentos irredutivelmente humanos” (CHOULIARAKI; STOLIC, 2017, p.1164).

Marielle Macé (2018) também reivindica uma responsabilidade ética dirigida aos migrantes e que pode ser despertada a partir de visualidades nas quais a figuração dos migrantes produza consideração e não sideração (reafirmação dos lugares de vítima, ameaça e incapacidade). A tarefa política da consideração envolve apreender formas de vida como processuais e não como momentos congelados a partir de enquadramentos que essencializam e desumanizam as mulheres a partir da utilização de imagens de controle. Sob esse aspecto, vale a pena retomar o que Rancière (2010, 2012) entende por política da imagem, no sentido que a imagem não pode ser confundida como um instrumento para a ação política e para a conscientização massiva, ao contrário, ela se torna política quando permite a abertura para que os sujeitos possam ter voz, ação, gesto e autonomia através da expressão de suas subjetividades que contrariam sua programação prévia.

#### **O cuidado consigo e com os outros na tessitura das formas de vida**

Algumas imagens por nós coletadas fraturam os discursos de causalidade e de apagamento das sutilezas e texturas das experiências de mulheres migrantes. Elas apostam na escolha de outro enquadramento para conduzir a leitura dos enunciados imagéticos, para abrir intervalos narrativos que permitam duas ações simultâneas: criar uma narrativa intervalar e através dos intervalos, permitir aos espectadores outra forma de legibilidade do tempo e do comum. A tarefa de assegurar as articulações, as redes de solidariedade e amizade, por exemplo, é importante matéria de produção do comum para essas mulheres: há um trabalho paciente de tessitura constante dos laços, de uma coletividade partilhada, mas também de sabedoria, que consiste em aproveitar-se dessas articulações para alterar a situação de vulnerabilidade em que se encontram permitindo a sobrevivência no trabalho reflexivo da memória e do trauma (Biondi; Marques, 2021) e a emergência de transformações.

Figurar povos vulneráveis envolve o gesto de encontrar os relatos que permitem tornar sensível uma aproximação, um avizinhamo mais demorado entre espectador e alteridade presente na imagem. Imagens de avizinhamo despertam no espectador novos modos de percepção dos corpos e das múltiplas espacialidades e temporalidades da cena a partir da qual figuram e se erguem, dialeticamente e dissensualmente, os rostos que nos interpelam e que fabricam novas formas de vida (Didi-Huberman, 2017).

O conceito de forma de vida (Laugier, 2015) abrange a consideração das práticas e ações que os sujeitos e grupos colocam em movimento para manter e aprimorar as condições de sua existência e de sua humanidade. Ferrarese e Laugier (2018), Macé (2018) e Didier Fassin (2016) tem trabalhado essa noção a partir de uma abordagem que privilegia as situações extremas de vulnerabilidade enfrentadas pelos sujeitos, sobretudo migrantes. Para eles, é vital considerar os arranjos que modelam formas de vida em situações de urgência, de incerteza, de trauma, nas quais é preciso não só escolher aquilo que merece ser cuidado e preservado, como também requer a criação de estratégias que direcionam todas as ações destinadas a manter a integridade, a dignidade e a preservar e reparar o mundo a ser habitável, tornando-o fruto de uma trama complexa de relações cuja função é manter a vida. Interessa a esses autores as ações e interações que os sujeitos criam e fabulam para zelar pela manutenção da vida ordinária e de seu ritmo possível.



**Imagem 6** — União e amparo. Migrantes em busca de asilo, em sua maioria de Honduras, caminham em direção a posto de fronteira nos EUA após terem cruzado o rio Grande, que separa o país do México. Fonte: Folha de S. Paulo, 11 de maio de 2021. Foto de John Moore (Getty Images). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/05/america-latina-e-a-humanizacao-dos-processos-migratorios.shtml>

Em vez de ler a imagem 6 pelo viés da “massa de desafortunados”, que reitera a força do poder moralizante do julgamento construído pelo enquadramento, é possível pensar no trabalho incansável que grupos inteiros de famílias realizam em conjunto para alcançar o objetivo de chegar a um destino sonhado a partir de planos e de um preparo que também envolve o luto. Elaborar uma forma de vida é pensar em um processo relacional que assegura as redes de manutenção da vida. Trata-se de considerar o fato de que o mundo no qual agimos e no qual realizamos atos morais é um arranjo material, afetivo e institucional que condiciona nossos atos e possibilidades de vida. Assim, o que nos faz agir provém de formações sociais e morais articuladas, de maneira implícita ou explícita, em uma realidade extremamente material (FASSIN, 2016).

Para Ferrarese e Laugier (2018, p.12), uma forma de vida supõe sempre uma sucessão de práticas ou mesmo um trabalho de manutenção, de contínuo engendramento e produção que aproveita os aprendizados derivados da vida como uma “forma criada enquanto se vive”. Trata-se de agir de uma maneira que não está formulada a priori em nenhum projeto, mas que articula os saberes da experiência

de maneira a colocar em prática recursos que assegurem condições de sobrevivência. Assim, elaborar uma forma de vida é engajar-se em um trabalho paciente de deposição, de sedimentação de ideias, sentidos e de uma orientação ética com relação a si mesmo e aos outros. Para essas autoras, a textura ética da forma de vida possui uma lógica de articulação, descrevendo a agregação lenta de práticas carregadas de sentido e que são, no curso desse processo, progressivamente transformadas no material que altera o curso das experiências de vulnerabilidade.

Uma das maneiras mais evidentes de se detectar uma forma de vida, segundo Marielle Macé (2018) é a perda da estrutura rotineira que abriga o cotidiano (diante de situações de precariedade extrema, catástrofes, migrações e traumas), pois o desmantelamento da rede habitual que assegura as existências conecta a vulnerabilidade das formas e normas sociais à uma vulnerabilidade radical das formas de vida e do vivente. Essas situações de fratura e perda das redes sociais e materiais de manutenção da vida implicam o lento trabalho de redefinição da maneira como a vida conta como importante e de quais espaços de liberdade, de felicidade, de inventividade e mudança podem ser tornados possíveis, elaborados e desdobrados a partir de momentos de ruptura.

Sandra Laugier (2015) aponta que, ao elaborar sua forma de vida, um sujeito é visto ao mesmo tempo como vulnerável, exposto, e como atado a relações e conexões inéditas capazes de alterar suas condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, as formas de vida são configurações de coexistência humana, cuja textura é feita de práticas ou agências que as produzem ou modificam. Nesse sentido, Macé (2018) afirma que as formas de vida são processos de construção da política como prática, focalizando a invenção ordinária de si, a organização da vida comum e o cuidado consigo e com os outros. As vidas vividas sob condições de vulnerabilidade “têm que ser vividas, cada uma delas é atravessada em primeira pessoa, e todas devem encontrar os recursos e as possibilidades de reformar um cotidiano: de preservar, experimentar, erguer, melhorar, tentar, chorar e sonhar até um cotidiano: essa vida, esse vivo que se arrisca na situação política que lhe é imposta” (Macé, 2018, p.32).

Fassin (2016) argumenta que o conceito de formas de vida nos permite não subestimar as maneiras através das quais os povos migrantes reinventam suas trajetórias, conferindo especial ênfase às potencialidades das quais se dotam, aos recursos que mobilizam, às táticas que colocam em prática, às realizações que alcançam, às solidariedades e aos imaginários que os permitem escapar, ao menos em parte, aos constrangimentos que pesam sobre eles. Ainda que suas ações sejam constantemente limitadas pelas regras institucionais que delimitam sua vida social, os migrantes desdobram recursos táticos para lidar com os constrangimentos, enquanto os poderes públicos se incomodam diante dos afetos potentes e das bricolagens que não podem dominar.

As imagens 7 e 8 evidenciam o cuidado como ferramenta política de resistência, inventividade e circulação de saberes para o fortalecimento dos afetos, para a exposição de dúvidas, e para a tentativa de produção de alternativas antes não imaginadas. Essas experiências minoritárias nos revelam como a imagem trabalha também no sentido de promover aberturas para conexões imprevistas, embaralhando as relações entre o fotógrafo, o sujeito fotografado



e o espectador. Criar outros quadros para representar e ler as imagens permite operações e arranjos que evidenciam a sobrevivência das formas de vida nas imagens, ressaltando sua agência e sua autonomia. Nessas imagens 7 e 8 a autonomia política é fruto da experiência e da forma como ela é trabalhada, individual e coletivamente como base para a ação, por meio da sedimentação de ideias, sentidos, gestos e práticas que lhes asseguravam uma vida possível e articulada aos objetos e à perseverança de uma forma de agir que tenta produzir um mundo que seja habitável. O controle institucional atua na definição do que é uma vida humana e do que conta como vida, subestimando as potencialidades, táticas, realizações, imaginários e solidariedades que lhes permitem escapar dos constrangimentos que pesam sobre elas (BUTLER, 2019). São sobreviventes e criam uma forma de vida de lhes garante um rosto a ser contemplado num jogo de enunciação e de invenção de resistências.

Há uma resistência corporal plural e performativa no trabalho que mostra como os corpos estão sendo manipulados pelas políticas sociais e econômicas que estão dizimando os meios de subsistência. Mas esses corpos, ao mostrarem essa precariedade, também estão resistindo a esses mesmos poderes; eles encenam uma forma de resistência que pressupõe uma vulnerabilidade de tipo específico e se opõe à precariedade. (BUTLER, 2015, p. 67).



**Imagem 7** – Cuidado, afeto, transformação. Gilene Louise, de 26 anos, não trabalha porque não tem onde deixar a filha, de 6 meses. Fonte: O Tempo, 14 de fevereiro de 2022. Foto: Flavio Tavares. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/maioria-dos-imigrantes-que-estao-em-minas-veio-do-haiti-1.2611844>

Na imagem 7, a imigrante haitiana Gilene Louise sorri com ternura para sua filha: por um breve momento é possível observar a abertura de um espaço que nos aproxima de mulheres migrantes, que permite conhecer mais suas suas lutas, desejos e sonhos, elencando formas de dificultar o legendamento de suas experiências e corpos, criando dissensos e resistências (BIONDI; MARQUES, 2015). Em outras palavras, essa imagem permite um espaço de trânsito, um “efeito da circulação entre o motivo, o fotógrafo e nós, do intencional e do não intencional, do sabido e do não sabido, do expresso e do não expresso, do presente e do passado” (RANCIÈRE, 2012, p.110). Ela nos convida a entender mais acerca de como, em situações de perda do cotidiano anteriormente estabelecido, se inventam novas maneiras de existir e de se expressar, e formas inéditas de atenção ao outro.

Diante da contingência e do inesperado, na urgência e diante da incerteza, é preciso redefinir novas formas de cuidado, de preocupação com o próximo e de manutenção da integridade. A atenção ao cuidado permite uma inversão das hierarquias que definem classicamente a forma de vida humana (racionalidade, autonomia), excluindo dessa definição várias categorias de humanos e negligenciando a contribuição das mulheres a essa forma de vida. O cuidado atua na manutenção do fio da vida ordinária, de tudo o que permite à vida de manter sua trama e de encontrar um ritmo viável: ele é uma sustentação para a vida e para a vulnerabilidade humana, com especial atenção ao que resiste à dor, ao sofrimento e ao desastre (Laugier, 2015).

Cuidar é buscar uma “humanidade” perdida no desgastante trabalho de refazimento do cotidiano: aquele que fabrica e mantém um modo de vida também deve ser cuidado e cuidar de outros que o rodeiam, alimentando uma relação ética de responsabilidade e atenção contínua que preserva a dignidade e a vida. De acordo com Ferrarese e Laugier (2018), o cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que contam nas situações vividas, uma vez que elas precisam de preservação e de reparação constante de todas as dimensões, elos e articulações que, justamente por não serem negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético.

A imagem 8 mostra a migrante haitiana, Marie Lucie Sejour, fazendo um penteado em outra mulher migrante, enquanto explica sua dificuldade de encontrar um trabalho que a permita reconfigurar sua vida e sua estima social. O gesto de pentear, trançar e arrumar os cabelos de outras mulheres “deslocam narrativas de desvalorização de seus corpos e abrem espaço para a construção do amor-próprio e do amor pelo outro, afetos fundantes da política, já que estimulam a potência de agir” (ALMEIDA, 2021, p.302). Desse cuidado surgem muitas cumplicidades e amizades fundadas na elaboração e troca de saberes essenciais à reconstrução de formas de vida de mulheres migrantes. “A força política da amizade reside na falta de controle dos poderes sobre os afetos intensos que surgem nessas relações. As amizades são incontroláveis, ingovernáveis em suas emergências, multiplicidades e plasticidades.” (IONTA, 2017, p.379).



**Imagem 8** – Considerar os afetos. “Aqui é difícil para trabalhar, difícil de aprender a língua, mas a gente tenta, pois o Brasil é um país bom”, diz Marie Lucie Sejour, haitiana. Fonte: O Tempo, 14 de

fevereiro de 2022. Foto: Flavio Tavares. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/majoria-dos-imigrantes-que-estao-em-minas-veio-do-haiti-1.2611844>

O cuidado atua contra as formas contemporâneas de controle dos corpos e em prol da busca de afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social. Ao cuidar, as mulheres expõem e trocam vivências que são ditas, explicadas e negociadas como atitude crítica aos valores morais naturalizados e às verdades instituídas, apontando tanto para um trabalho sobre si quanto para a luta em defesa da dignidade, da justiça social e da ética. O cuidado é um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade (ALMEIDA, 2021).

Além disso, o cuidado com o corpo atua desconstruindo identidades fixas, deslocando olhares e desestabilizando formas de apreender, ver e pensar os corpos femininos e seus espaços e tempos (IONTA, 2017). Conexões promovidas pelas mulheres, que elaboram um saber localizado, ético e estético, levam a refletir sobre os limites da própria existência, sobre as formas de dominação vividas por cada mulher no cotidiano da vida social e sobre o poder das instituições que as afeta incessantemente. As técnicas de cuidado de si e dos outros consideram a existência dessas mulheres migrantes enquanto dignas ao trazerem a sua experiência sob um gesto de emancipação e de figuração que desafia o modelo definidor e violento que insiste em representá-las como mulheres sofredoras, destituídas de agência e de liberdade frente aos infortúnios da vida (MARQUES; MARTINO; SOUZA; ANTUNES, 2020).

Para Patrícia Hill Collins (2019, p.184), o cuidado e a amizade entre mulheres produz espaços seguros nos quais “o conhecimento construído do ‘eu’ emerge da luta para substituir as imagens de controle pelo conhecimento autodefinido, considerado pessoalmente importante, um conhecimento muitas vezes essencial para a sobrevivência das mulheres negras”. Quando imagens de controle são questionadas e rasuradas oferecem condições de escuta, partilha, cuidado e afeto, contribuindo para “o empoderamento das mulheres negras por meio da auto-definição, ajudando-as a resistir à ideologia dominante” (Collins, 2019, p.185).

A persistência de mulheres negras em definirem suas próprias narrativas é um exercício de validação do empoderamento dessas mulheres, um poder que está inscrito na retomada da sua humanidade. Desafiar as imagens de controle e construir noções de feminilidade que são próprias englobam um aspecto central da busca por autodefinição, processo que ocorre preponderantemente nos espaços seguros (Bueno, 2020, p.142)

O corpo é o centro da nossa experiência: é nele que se inscrevem as marcas do vivido, dos processos de afetação pelos quais passamos e vão tecendo a nossa memória como forma de resistência. No cuidado com o corpo, mulheres migrantes “afirmam o valor umas das outras, tornando suspeito todo o sistema que relega esse grupo a uma posição inferior” (COLLINS, 2019, p.287). Para Angie Biondi (2016), o corpo é um elemento central no seio de significações que uma imagem pode trazer à tona, pois “quando o humano é o motivo visual trazido pela fotografia, o corpo assume a instância significativa potencializada através do modo pelo qual conforma e/ou tensiona gestos, fisionomia e ambiência a fim de particularizar o sofrimento e ainda

propor um modo comum de experiência” (BIONDI, 2016, p. 232). Tal escolha vai na contramão da tendência de subordinação das suas existências, ao passo que propõe um novo exercício de leitura e respeito da trajetória de vida dessas mulheres e de suas companheiras de imigração, familiares e amigas.

O gesto enunciativo, tanto poético quanto político, destas imagens não se restringe a fazer e compartilhar um registro ou uma denúncia apenas, mas busca provocar uma ruptura com as conformações dos quadros discursivos, dos usos e sentidos que circulam acerca da imagem das mulheres migrantes para construir, em dimensão estética e comunicacional, outras formas de engajamento com o espectador. (BIONDI; MARQUES, 2021. p 13)

As fabulações envolvidas na produção de formas de vida ressaltam como agenciamentos específicos individuais e coletivos caracterizam migrantes vulneráveis como aqueles que lutam constantemente para tornarem-se sujeitos de suas vidas. Por isso, mesmo no fluxo interminável de apagamento das vidas dos povos migrantes por meio de enquadramentos estigmatizantes, é possível ver e tecer alguns momentos de beleza nos quais as vidas precárias nos alcançam e nos movem, nos afetam, nos comovem de modo a conseguirmos escutar seu rosto, atravessando e furando toda a narrativa midiática tradicional de apagamento e desfiguração. Mostrar como as mecânicas da legibilidade podem ser descontinuadas, interrompidas é o trabalho da invenção de enunciados que misturam ficcional e factual, que perfuram a narrativa desfiguradora, e criam imagens sobreviventes.

Segundo Didi-Huberman (2008, 2011), uma imagem pode ser considerada sobrevivente quando não se exige da necessidade de revelar, conhecer, representar os sujeitos e povos em sua luta constante pela articulação de formas de vida. Na contramão desta tendência, imagens sobreviventes permitem uma contemplação demorada em que o espectador não possui todas as respostas, mas se coloca em posição de abertura ao encontro, inclusive nos níveis do afeto e da sensibilidade, que se faz a partir da imagem. Rancière (2008) argumenta, no mesmo sentido, que a imagem seria um dispositivo que dá a ver um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível; o visível e a palavra; o dito e o não dito, de modo que o sentido nunca é dado de antemão, mas construído continuamente, por vezes produzindo rupturas nos modos de endereçamento hegemônicos. Tal jogo dissensual, portanto, configura um “fazer aparecer o que não aparecia, ou de fazer aparecer de forma diferente o que aparecia sob um certo modo de visibilidade e inteligibilidade.” (Rancière, 2018b, p.14).

## Considerações finais

Mulheres migrantes são estigmatizadas por enquadramentos de hostilidade (cuidadosamente apresentado sob as roupagens da hospitalidade), desfiguração, depreciação e padecimento flagelatório. Como conciliar os afetos despertados pelas imagens com as orientações normativas que definem quais vidas são dignas de reconhecimento e quais vidas são empurradas à sideração? Butler (2015) menciona como o racismo e o olhar colonial interferem na produção de empatia com relação aos povos migrantes que não atendem aos padrões de humanidade definidos a partir de critérios hierárquicos. Ela evidencia como a in-

terseccionalidade, o racismo e o colonialismo precisam ir além da definição de uma forma de controle coletivo dos corpos que gere procedimentos de manutenção dos sujeitos em vida. Quando gênero, raça e classe são considerados na definição do que é uma vida, dimensões morais e valorativas passam a selecionar aquilo que importa para separar humanos e não humanos. Assim, não é propriedade da imagem, em si, trazer dignidade aos corpos sofredores, mas interferir nas lógicas e nos esquemas de inteligibilidade que conduzem os julgamentos morais acerca das vidas que merecem ser protegidas ou não.

Povos migrantes aparecem politicamente como coletividade que age e sofre por meio de uma aliança pela sobrevivência. Imagens de povos migrantes vão além de tornar visíveis seus corpos: são o registro de seu aparecimento na cena (pretensamente) pública, como condição necessária para a tematização da injustiça, para a emergência de existências que afirmam que são vivas, que estão vivas e são dignas de viver.

Em diálogo com uma inquietação proposta por Barcelos (2013), vimos que há espaço para a construção de propostas fotojornalísticas que considerem o respeito à dignidade do ser humano. Observamos também os modos como narrativas produzidas e postas em circulação pelo fotojornalismo reforçam a tematização do sofrimento de mulheres latino-americanas em migração. Majoritariamente, essas imagens constroem representações nas quais o corpo da mulher figura como sofredor, precário e indigno, em conformidade com ideologias coloniais e hierárquicas, historicamente construídas. Além disso, essas imagens conforma certo compromisso em apaziguar a consciência frente a mazelas sociais diversas, a partir das quais o espectador e acomodado em uma posição de pena e de julgamento distanciado das formas de vida ali representadas.

Por outro lado, a figuração, produtora de brechas e intervalos nas semânticas consensuais, trazem, segundo Didi-Huberman (2017) e Rancière (2021), mecanismos de legibilidade da história, do comum e da experiência que diferem dos quadros de representação explicativos que somam violências simbólicas a povos que já são alvos cotidianos de opressões. Para fazer figurar os povos em situação de sofrimento é vital impulsionar o exercício de considerá-los vivos e potentes, capazes de alterar suas condições de vulnerabilidade. Em vista disso, o procedimento de recusar a prescrição dos modelos de representação em que as mulheres migrantes aparecem como portadoras de uma biografia de sofrimento, configura a possibilidade de outro encontro com o espectador, passível de dúvida, surpresa, oscilação e curiosidade em relação aos “estrangeiros”.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mariléa de. (2021). Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. *História Oral*, 24(2), 293-309. <https://doi.org/10.51880/ho.v24i2.1209>

BARCELOS, Janaína. (2014). Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade. *Discursos Fotográficos*, 2014, 10 (16), 111-134. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-7939.2014v10n16p111>

BIONDI, Angie. (2011). O sofredor como exemplo no fotojornalismo: notas sobre os limites de uma identidade. *Brazilian Journalism Research*, 7(1), 90-105. <https://doi.org/10.25200/BJR.v7n1.2011.287>

BIONDI, Angie; MARQUES, A. C. S. (2015). Corpo sofredor: tensões narrativas e política das imagens no fotojornalismo. *Brazilian Journalism Research (Online)*, 11 (2), 120-141. <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n2.2015.694>

BIONDI, Angie. (2016). Três figurações do corpo sofredor no fotojornalismo. In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos mídia e na cultura: entre o estranho e o familiar*, (pp. 227-245), Braga: CECS.

BIONDI, Angie.; MARQUES, Angela. (2020). Crying girl on the border: a colonialidade de gênero na fronteira das imagens. *Pauta geral - estudos em jornalismo*, 7(1), 1-20. <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.7.15837>

BIONDI, Angie.(2021). O corpo feminizado latino em foto-performances: Uma hipótese de leitura pela estética feminista decolonial. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, 10 (1), 1-19. <https://orcid.org/0000-0002-0486-1081>

BIONDI, Angie; MARQUES, Ângela. (2021). What remains: imagem, fabulação e experiência de atravessamentos na fotografia de Mónica Lozano. *Esferas*, n. 22, 314-332. <https://doi.org/10.31501/esf.v0i22>

BIROLI, Flávia. (2008). *Gênero e desigualdades*. São Paulo: Boitempo.

BUENO, Winnie. (2020). *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk.

BUTLER, Judith. (2011). *Vida precária*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, 1 (1), 13-33.

BUTLER, Judith. (2015). *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. (2019). *Vida precária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALDERÓN, Andrea Soto. (2020). *La performatividad de las imágenes*. Santiago de Chile: Ediciones Metales Pesados.

- CHOULIARAKI, Lilie; STOLIC, Tijana. (2017). Rethinking media responsibility in the refugee 'crisis': a visual typology of European news. *Media, Culture & Society*, 39(8), 1162-1177. <https://doi.org/10.1177/0163443717726163>
- COLLINS, Patrícia Hill. (2019). Pensamento feminista negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2010). O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora 34.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2011). *Ante el Tiempo*. Buenos Aires: Editora Adriana Hidalgo.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2017). Povos expostos, povos figurantes. *Vista: Revista de Cultura Visual*, 1 (1), 16-31. <https://doi.org/10.21814/vista.2963>
- DIMENSTEIN, Magda; SILVA, Gabriel de Nascimento e; DANTAS, Candida; MACEDO, João Paulo; LEITE, Jäder Ferreira; ALVES FILHO, Antonio. (2020). Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(3), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n61905>
- FASSIN, Didier. (2016). The Value of Life and the Worth of Lives. In: DAS, Veena; HAN, Clara (eds.). *Living and dying in the contemporary world: a compendium*. California: The Regents of the University of California, Library of Congress, p.770-783.
- FERRARESE, Estelle; LAUGIER, Sandra. (2018). *Formes de vie*. Paris: CNRS Éditions.
- LAUGIER, Sandra. (2015). La vulnérabilité des formes de vie. *Raisons politiques*, 57 (1), 65-80. <https://doi.org/10.3917/rai.057.0065>
- MARQUES, Angela; MARTINO, Luis; SOUZA, Frederico; ANTUNES, Elton. (2020). Fabular imagens intervalares e montar imagens sobreviventes.: aproximações e diferenças entre os métodos de Rancière e Didi-Huberman. *Logos*, 27 (1), 242-261. <https://doi.org/10.12957/logos.2020.49270>
- MARQUES, Ângela; MARTINO, Luís. (2021). A fabulação intercalar das imagens em Jacques Rancière. *Imagofagia*, (24), 466-502.
- IONTA, Marilda. (2017). Das amigas femininas e feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvia (orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, p.375-386.
- JARDIM, Gabriel; CAVAS, Cláudio. (2018). Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo. *Ponto-E-Vírgula :Revista De Ciências Sociais*, (22), 73-91. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2017i22p73-91>
- MACÉ, Marielle. (2018). *Siderar, considerar: migrantes, formas de vida*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- MENDONÇA, Carlos; BIONDI, Angie. (2011). *Dublê de corpo: retórica do sofrimento no fotojornalismo contemporâneo*. *Revista Contracampo*, 22(1), 16-30. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i22.84>
- RANCIÈRE, Jacques. (2012). *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RANCIÈRE, Jacques. (2018). "O desmedido momento". *Serrote*, n.28, p.77-97.
- RANCIÈRE, Jacques. (2021). *Tempos Modernos*. São Paulo: N-1.
- SONTAG, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras.